

## 1. OBJETO

1.1. Credenciamento, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, das empresas de transporte aéreo regular, doravante denominadas **CREDENCIADAS**, para fornecimento de passagens em linhas aéreas regulares domésticas, sem o intermédio de Agência de Viagens e Turismo, para fins de transporte de servidores, empregados ou colaboradores eventuais em viagens a serviço do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, compreendendo a reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, conforme especificações e condições constantes deste documento.

1.2. O objeto compreende o fornecimento de passagens em linhas aéreas regulares domésticas, conforme definições da Portaria nº 569/GC5, do Comando da Aeronáutica, de 5 de setembro de 2000.

## 2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para o perfeito entendimento deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

I - **ACORDO CORPORATIVO DE DESCONTO** – Acordo a ser firmado entre o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS** e as Companhias Aéreas prevendo a concessão de desconto mínimo incidente sobre todas as tarifas e classes publicadas vigentes à época da emissão do bilhete e válido para todas as linhas aéreas regulares domésticas operadas pela companhia aérea, bem como outros benefícios ofertados, previsto no objeto deste Termo de Referência.

II- **CREDENCIADA** - Empresa de transporte aéreo regular habilitada no Credenciamento.

III - **CREDENCIANTE** - **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM**

IV - **LINHAS AÉREAS REGULARES DOMÉSTICAS** - Aquelas que têm pontos de partida, intermediários e de destino situados dentro do território nacional.

V - **ORDENADOR DE DESPESAS** - Autoridade com atribuições definidas em ato próprio, entre as quais as de movimentar créditos orçamentários, empenhar despesa e efetuar pagamentos.

VI - **PASSAGEM AÉREA** - Compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.

VII - **TAXA DE EMBARQUE** – Tarifa aeroportuária fixada em função da categoria do aeroporto que remunera a prestação dos serviços e a utilização de instalações e facilidades existentes nos terminais de passageiros, com vistas ao embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança dos usuários. A taxa de embarque é cobrada por intermédio da companhia aérea. I

VIII - **TERMO DE CREDENCIAMENTO** – instrumento firmado entre o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM**, visando à prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros em voos regulares domésticos.

IX - **TRECHO** - Compreende todo o percurso entre a origem e o destino da viagem, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

X - **BUSCADOR** – Solução tecnológica que permitirá a integração com sistemas gerenciadores bem como o acesso via *web services* aos sistemas das Companhias aéreas, objetivando a busca de voos e a reserva, emissão, remarcação, cancelamento, verificação do status, pedido de reembolso dos bilhetes de passagem aérea.

## 3 JUSTIFICATIVA

3.1. Motivação do credenciamento das companhias aéreas: O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM** deve providenciar transporte aéreo aos seus servidores, empregados ou colaboradores que necessitem de deslocamento exclusivamente em serviço, quando comprovadamente necessário para qualquer Estado da Federação e



3.3. Os benefícios diretos e indiretos esperados que resultarão do credenciamento das companhias aéreas são: propiciar eficiência operacional e redução de custos com a aquisição de passagens aéreas, consolidando de forma efetiva a prevalência do critério de menor preço quando da compra das passagens, sendo certo que as passagens aéreas para determinado trecho, dia e hora, são exatamente os mesmos oferecidos tanto para o órgão público, como para as agências ou mesmo para o particular.

3.4. Maior ganho de transparência e de racionalização do processo de gestão dos contratos para aquisição de passagens aéreas, visto que os próprios servidores escolherão, motivada e comprovadamente, no momento da demanda, as companhias que ofertarem os menores preços.

#### **4 DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

4.1. A pretensa contratação tem enquadramento na inexigibilidade de licitação e serão credenciadas todas as companhias aéreas que tenham cobertura de voos distribuída no território nacional, verificado o atendimento às condições de habilitação previstas no Edital de Credenciamento.

4.2. Pretende a Administração Pública fazer a contratação direta, mediante o procedimento de inexigibilidade de licitação, invocando como respaldo legal o caput do artigo 25 da Lei 8.666, de 1993, sob o argumento de estar configurada a inviabilidade de competição. O referido artigo aduz: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)" Segundo, Marçal Justen Filho, em seus Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª edição, página 343:

"Deve-se ressaltar que o caput do art. 25 apresenta função normativa autônoma, de modo que uma contratação direta poderá nele se fundar direta e exclusivamente. Não se impõe que a hipótese seja enquadrada em um dos incisos do referido art. 25, os quais apresentam natureza exemplificativa. "

4.3. Esse mesmo autor às fl. 342 esclarece o seguinte sobre a inviabilidade de competição:

"Deve destacar-se, portanto, que a inviabilidade de competição ocorre em casos em que a necessidade estatal apresenta peculiaridades que escapam aos padrões de normalidade. A disputa entre particulares por contratos administrativos retrata as peculiaridades do mercado, apto a atender satisfatoriamente as necessidades usuais, costumeiras, padronizadas. Assim, como regra, é impensável inexigibilidade para aquisição de folhas de papel para fotocopadora. Trata-se de produto disponível no mercado, que não possui maior especialidade. A questão muda de figura quando a Administração Pública necessitar prestações que escapam da normalidade. Nesses casos é que surgirá a inviabilidade de competição. "

4.4. É fato que a venda de passagens aéreas não é comparável com outros objetos em que o preço é previamente negociável ou fixável, ou seja, não seria possível ofertar ou estabelecer previamente os preços dos bilhetes em uma licitação para entrega futura, tendo em vista que estes preços variam constantemente, a depender de variados fatores, como taxa de ocupação dos assentos, variação dos custos das companhias aéreas, períodos de férias escolares ou feriados, etc.

4.5. Nas licitações para contratação de Agência de Viagens pela Administração não ocorre disputa de preço pelo bilhete aéreo, com a disputa ocorrendo sempre em função do preço do serviço de agenciamento. Pode-se então afirmar que não há licitação de bilhetes aéreos por parte da Administração, mas apenas dos serviços de agenciamento, não havendo concorrência quanto ao bilhete, que é, na verdade, o objeto que realmente se pretende contratar/adquirir.

4.6. Assim, a partir do momento que a Administração passa a abrir mão do agenciamento, não há mais a viabilidade de competição, pois o serviço adquirido, de transporte de passageiros, pode ser prestado por apenas um fornecedor, qual seja, a companhia aérea que atende à necessidade da Administração para determinado trecho, em determinado horário.

4.7. Não seria razoável exigir que o ente público realizasse licitação toda vez que necessite de comprar uma passagem aérea, não só pelo fato do prazo para todo o processo e dos custos envolvidos, bem como de que não se poderia prever que todas as companhias aéreas do país tivessem voos para a data, destino e horário de que necessita a Administração.

4.8. Ademais, considerando que coexistirem diferentes companhias aéreas no Brasil, não é permitido à Administração efetuar todas as suas emissões exclusivamente com apenas uma delas, tendo a obrigação de consultar os demais voos disponíveis



nas outras companhias, a fim de não incorrer em improbidade administrativa, considerando o princípio da indisponibilidade do interesse público, fato este que justifica o procedimento de **CREDENCIAMENTO** de todas as empresas interessadas, para escolher a de melhor condição no momento da demanda.

4.9. O **CREDENCIAMENTO** das companhias aéreas para aquisição de passagens representa a modernização, a transparência, a racionalização de processos administrativos, a desburocratização e o incremento de eficiência aos processos de trabalho, gerando benefícios inegavelmente imprescindíveis à gestão municipal, visto que o próprio servidor fará a aquisição dos bilhetes e pesquisará o melhor preço.

4.10. No que se refere ao credenciamento, embora este procedimento não esteja elencado na lei de licitações, entendem os juristas se tratar de caso de inexigibilidade de licitação pela inviabilidade ou pela desnecessidade de competição, dado que, em tese, todos os interessados na prestação do serviço ficam disponíveis para a contratação. Assim, são exigidos os elementos prescritos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, entre eles a justificativa do preço fixado pela administração contratante.

4.11. Em relação à constitucionalidade deste modelo o Plenário da Corte de Contas da União (Acórdão nº 1150/2013-P), concluiu:

**“Acórdão 1094/2021 Plenário (Agravado, Relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira) Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Passagens. Transporte aéreo. Intermediação. Agência de viagem.**

**É regular a aquisição, mediante credenciamento, de passagens aéreas em linhas regulares domésticas, sem a intermediação de agência de viagem, por ser inviável a competição entre as companhias aéreas e entre estas e as agências de viagem.”**

4.12. Acerca da inviabilidade de competição e inexigibilidade de licitação, pressupostos legais do credenciamento, dispõe o referido julgado:

**“O credenciamento amolda-se, portanto, à situação que ora se analisa. Digo isso, pois a demanda da administração pública por viagens envolve uma diversidade de itinerários, datas e horários, de modo que não pode ser atendida por apenas uma única empresa aérea, ante a inexistência de companhia aérea que atenda todos os trechos e horários da forma pretendida pelo setor público. Não há pluralidade de voos de diferentes empresas aéreas para o mesmo lugar, no mesmo dia e horário, de modo a atender necessidade específica da administração pública. Daí decorre a perfeita caracterização da inviabilidade de competição, uma vez que, pela natureza do serviço, não existe relação de exclusão, isto é, o serviço a ser contratado não precisa ser prestado com exclusividade por um prestador, mas pode ser prestado por todos que satisfaçam os requisitos definidos pela administração pública, bem como um prestador não pode ser excluído, sob pena de o serviço não poder ser prestado.**

**Observe, ainda, que a metodologia de contratação defendida pelo representante não consiste na licitação de passagens aéreas pela administração pública, mas na contratação de agências de viagens ou empresas de turismo para realizar a intermediação dos serviços de emissão de bilhetes aéreos. Nas licitações para contratação de agências de viagens não ocorre disputa de preço pelo bilhete aéreo, com a disputa ocorrendo em função do preço do serviço de agenciamento. Pode-se afirmar que não há, portanto, licitação de bilhetes aéreos por parte da administração pública, mas apenas dos serviços de agenciamento, não havendo concorrência quanto à passagem que é, na realidade, o objeto que se pretende adquirir.**

**Nesse caso, então, bastante diferente do que ora se analisa, impõe-se a necessidade de licitação por tratar-se de serviços de agenciamento de aquisição das passagens, situação em que há competição exclusivamente entre as agências de viagem. As tarifas praticadas, nessa hipótese, por esses agentes privados são as mesmas que as companhias aéreas praticam em seus sites ou lojas oficiais sendo que a remuneração das agências se dá pela taxa de agenciamento.**

**A partir do momento que a administração pública opta legitimamente por abrir mão do agenciamento não há mais viabilidade de competição, pois o serviço de transporte aéreo de passageiros passa a ser prestado por apenas um fornecedor, no caso a companhia aérea que**



8.666/1993 prevê que as compras realizadas pela Administração Pública devem, sempre que possível:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; (...)."

4.13. Por tudo, conclui-se que não é possível definir com absoluta precisão os parâmetros para aquisição de uma passagem (valor, data do embarque, destino) em um edital de licitação, seja qual for a modalidade escolhida, combinado com o fato de o mercado trabalhar com liberdade tarifária na comercialização das passagens, que implica constantes alterações de valores, para mais ou para menos, a depender das circunstâncias presentes à época da finalização das vendas de bilhetes que antecede os respectivos voos.

4.14. Logo, essa lógica de comercialização não permite à Administração obter num certame licitatório os valores que efetivamente irá praticar na compra de passagens aéreas. Muito menos, teria condições, em face dessas circunstâncias, de fixar o preço previamente ao credenciamento.

4.15. Cada demanda do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM** possuirá características próprias, com variáveis relacionadas à antecedência entre a data do pedido e a data da viagem, ao horário de voo pretendido, ao aeroporto de origem e destino, à oferta e procura por determinado voo, em determinada data, para determinado horário, fenômenos da natureza e fatores supervenientes que interfiram no sucesso ou não de decolagem e pouso das aeronaves. Todas as situações retro mencionadas podem interferir no valor e na disponibilidade da oferta pelas empresas prestadoras de serviços aeroviários.

4.16. Também, é mister lembrar que existem fatores internos que interferem no valor e na oferta das passagens, e que tornam este mercado ímpar no que diz respeito à definição deste ou daquele prestador de serviços. Estratégias de venda e liquidez são fatores que fazem com que os preços e a disponibilidade de um bilhete para o mesmo trecho, na mesma data e mesmo horário, sejam diferentes a depender da Companhia Aérea que o ofereça.

## 5 FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

5.1. A **CREDENCIANTE**, por intermédio do **BUSCADOR**, realizará a pesquisa de preços, a cada demanda com viagem aérea e escolherá a tarifa de menor valor dentre aquelas oferecidas para o atendimento específico da demanda requerida pela administração, tomando por base os procedimentos estabelecidos em normas vigentes para racionalização de gastos com a emissão de bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço, sendo, nesse caso, a tarifa mais vantajosa.

5.1.2 Até que o **BUSCADOR** esteja operacional, a **CREDENCIADA** compromete-se a fornecer à **CREDENCIANTE** credenciais de acesso eletrônico que permitam a efetivação de reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, conforme especificações e condições constantes deste documento.

5.1.3 O servidor responsável efetuará a reserva, de acordo com a demanda inicial já incluída no **BUSCADOR**. Esta reserva deverá garantir à **CREDENCIANTE** o valor da tarifa, por até no mínimo 72 (setenta e duas) horas, contadas do momento da efetivação da reserva, respeitado o limite de 24 (vinte e quatro) horas anteriores à partida do trecho inicial, conforme Acordo Corporativo de Desconto.

5.1.4. O valor final de cada bilhete será calculado com base na tarifa ofertada pela **CREDENCIADA**, no momento da reserva, deduzido do percentual de desconto do Acordo Corporativo de Descontos (incidente sobre as tarifas, classes e famílias vigentes à época da emissão do bilhete e válido para todas as rotas regulares operadas pela companhia aérea) e somado o valor de taxa de embarque.

5.1.5. As taxas de embarque serão remuneradas de acordo com a legislação e valores vigentes na data da aquisição do trecho de viagem.

5.1.6 Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional à **CREDENCIANTE**.

5.1.7. Considerando que até o presente momento as aquisições de passagens aéreas pela grande maioria dos entes públicos são realizadas por intermédio de agências de turismo, a **CREDENCIANTE** poderá, **concomitantemente**, comparar os preços pagos pela aquisição direta junto às companhias credenciadas, mediante sistema de internet das próprias companhias aéreas, aos oferecidos por agências, e escolher aquele que, **mediante análise comparativa, mostrar-se mais vantajoso**.

5.2. A **CREDENCIADA** deverá enviar para a **CREDENCIANTE** a(s) confirmação(ões) da(s) reserva(s) do(s) bilhete(s) e a(s) passagem(ns) aérea(s) eletronicamente emitida(s).

5.3. As passagens aéreas são pessoais, intransferíveis e destinadas exclusivamente ao transporte dos passageiros nelas identificadas.

5.4. A emissão, remarcação ou cancelamento da passagem se dará mediante requisição emitida pelo **CREDENCIANTE** e encaminhada à **CREDENCIADA** por meio do **BUSCADOR**.

5.5. A reserva de passagem só será considerada confirmada para fins de emissão pela **CREDENCIADA** após a efetiva aprovação do Ordenador de Despesas do **CREDENCIANTE**.

5.6. Qualquer falha ocorrida entre a aprovação do Ordenador de Despesa e a emissão do bilhete, que resulte na não efetivação da compra conforme reserva, será apurada e deverá ser justificada pela **CREDENCIADA**, se for o caso.

5.7. A **CREDENCIADA** deverá fornecer, sempre que solicitado pela **CREDENCIANTE**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens.

5.8. A assinatura do Termo de Credenciamento não implicará em exclusividade na aquisição de trechos de viagem operados pela **CREDENCIADA**, podendo a **CREDENCIANTE** realizar aquisição com qualquer Companhia Aérea que detenha o melhor preço.

## 6 LOCAL E HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços de cotação, reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação e/ou cancelamento de passagens aéreas serão prestados eletronicamente pela **CREDENCIADA**, e deverão ser prestados de forma ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados.

## 7 QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

7.1. Em virtude da liberdade tarifária presente no mercado de passagens aéreas, não haverá quantitativos fixos por companhia aérea, em face do procedimento de compra a ser utilizado pelo **CREDENCIANTE**.

7.2 Serão consultados os voos, preços, horários e eventuais conexões ou escalas praticados por cada empresa **CREDENCIADA**, para a escolha do menor preço.

7.3. A escolha de qual **CREDENCIADA** prestará os serviços dependerá do resultado da consulta feita na forma do subitem 7.2 acima, realizada a cada demanda existente, possibilitando que todas as companhias aéreas sejam contratadas, eis que, em cada demanda, uma nova busca será realizada, sendo escolhida aquela companhia que ofertar o menor preço no momento da reserva.

7.4. A quantidade máxima dos serviços a serem prestados para a Administração Pública é estimada por média anual de



8.1. O valor previsto para custeio de despesas com passagens aéreas em 2022 é o mesmo valor estimado para 2021, R\$1.381.600,04 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, seiscentos reais e quatro centavos).

8.2. Pela sistemática utilizada pelas companhias aéreas, praticada no mercado e validada pela Lei 11.182/2005, que estipula liberdade tarifária para fixação de seus preços, não é cabível estabelecer previamente os valores a serem praticados.

8.3. Desta forma, a prestação dos serviços pela **CREDENCIADA** dar-se-á somente nas hipóteses em que essa ofertar o menor preço nas pesquisas de voos, realizadas por meio de sistema de acesso, busca, reserva, emissão e gestão de passagens aéreas da **CREDENCIANTE**.

## 9. DO ACEITE DOS SERVIÇOS

9.1. A **CREDENCIANTE** considerará aceitos os serviços desde que observadas estritamente as especificações constantes do Termo de Credenciamento.

## 10. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

10.1. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao **CREDENCIANTE** ou a terceiros;

10.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.3. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.4. Não permitir a utilização de trabalho de pessoa menor de idade, salvo na condição de menor aprendiz.

10.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência da **CREDENCIANTE**.

10.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

10.8. Fornecer passagens aéreas, para quaisquer destinos servidos por suas linhas regulares de transporte aéreo nacional;

10.9. Indicar um representante para soluções de problemas que possa surgir durante a vigência do Termo de Credenciamento, que será o elemento de contato entre a **CREDENCIADA** e a **CREDENCIANTE**, fornecendo número de telefones e endereço eletrônico (e-mail), se houver;

10.10. Executar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas;

10.11. Enviar todas as informações essenciais para a perfeita execução dos serviços, por meio de confirmações, que devem conter: aeroportos de embarque e desembarque, percurso, data, horário, escala(s) ou conexão(ões), se houver, nome do passageiro e demais informações necessárias para a realização de viagem;

10.12. Providenciar, a pedido da **CREDENCIANTE**, o cancelamento de bilhetes e fazer o devido reembolso de todos aqueles não utilizados, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da data do recebimento da solicitação do cancelamento;

10.13. Quando houver diminuição de custo para uma nova emissão ou não utilização de bilhete, emitir crédito a favor da **CREDENCIANTE**, conforme o caso, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da data do recebimento da solicitação da modificação, nos mesmos moldes do reembolso oriundo de cancelamento de bilhetes;

- 10.14. Prestar todas as informações relacionadas ao status do(s) bilhete(s) para que seja feito o controle de pagamento e controle de reembolso dos valores relativos ao(s) trecho(s) não utilizado(s);
- 10.15. Entregar os serviços nos moldes descritos neste Termo de Referência;
- 10.16. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas em vigor;
- 10.17. Manter, durante a vigência do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 10.18. Atender, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do dia seguinte da comunicação, a toda reclamação porventura ocorrida, prestando à **CREDENCIANTE**, conforme o caso, os esclarecimentos e correções/adequações que se fizerem necessários;
- 10.19. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados, à **CREDENCIANTE**, por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução ou ausência desta, com relação aos serviços;
- 10.20. Comunicar à **CREDENCIANTE**, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela **CREDENCIANTE**.
- 10.21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto do Termo de Credenciamento, sem prévia autorização da **CREDENCIANTE**;
- 10.22. Responsabilizar-se pelo ônus oriundo de remarcação ou cancelamento de passagens, quando não for originada por solicitação ou falha na execução de responsabilidade da **CREDENCIANTE**.
- 10.23. Viabilizar o acesso do **BUSCADOR** aos seus Web Services, permitindo a consulta de voos e assentos disponíveis, preços de oferta, reserva, emissão, cancelamento e remarcação de bilhetes, por meio de credenciais de acesso e *tour code*.

## 11. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 11.1. O credenciamento da Companhia Aérea terá vigência máxima de 60(sessenta) meses, contados da data da sua publicação no D.O.E. conforme previsão do art. 57, inciso II da Lei Federal de Licitações nº 8666/93..

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- 12.1. Proporcionar todas as condições para que a **CREDENCIADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Termo de Credenciamento, do Edital e seus Anexos;
- 12.2. Designar, formalmente, servidor responsável pela fiscalização da execução dos serviços;
- 12.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- 12.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CREDENCIADA**, de acordo com as cláusulas do Termo de Credenciamento;
- 12.5. Pagar à **CREDENCIADA** o valor resultante da prestação do serviço, na forma prevista no Termo de Credenciamento;
- 12.6. Solicitar formalmente à **CREDENCIADA**, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o reembolso do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a **CREDENCIADA** deverá fazer o reembolso no prazo definido pela legislação.
- 12.7. Comunicar à **CREDENCIADA** sobre qualquer ocorrência de erro de cobrança que venha a identificar, formalmente e preferencialmente por escrito, para que a devida correção ocorra na fatura subsequente;



### 13. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da **CREDENCIANTE**, especialmente designado(s), na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

13.2. O fiscal monitorará o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CREDENCIADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CREDENCIANTE**, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

13.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante eleito pela **CREDENCIANTE** deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

### 14. DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos das despesas objeto deste TR serão realizados mensalmente, em 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura emitida de forma centralizada para a **CREDENCIANTE**.

14.2. A **CREDENCIADA** deverá disponibilizar relatórios eletrônicos à **CREDENCIANTE** ou permitir acesso ao seu banco de dados (ou outro meio) de todas as movimentações de passagens emitidas pela **CREDENCIANTE**, contendo informações relevantes para apuração dos valores e de possíveis inconsistências e/ou divergências nos resultados apresentados, para fins de realização de conciliação eletrônica pela **CREDENCIANTE**.

14.2.1. A conciliação eletrônica consiste no processo de comparação entre o relatório apresentado pela **CREDENCIADA** com todas as transações de compra de passagens aéreas, realizada por períodos, e os relatórios operacionais extraídos do **BUSCADOR**, que de forma automatizada irá realizar a verificação detalhada dos débitos, créditos, e do saldo disponível, conferindo se as movimentações realizadas apresentam ou não divergências.

14.2.2. Todos os custos de desenvolvimento e de implantação, decorrentes do disposto neste subitem, correrão por conta da **CREDENCIADA**, sem qualquer custo adicional ao **CREDENCIANTE**.

14.3. Deve ser emitido Nota Fiscal ou Fatura mensalmente pela **CREDENCIADA**, em que conste todos os bilhetes emitidos, remarcados, cancelados, para o fiel acompanhamento da execução.

14.3.1. A Nota Fiscal ou Fatura mencionada correspondente aos créditos (reembolsos) e débitos (bilhetes) e deve conter no mínimo:

a) número do localizador ou do bilhete, número do voo, código da Companhia, seguido do nome do passageiro, data da emissão, data da viagem, trecho (origem e destino), valor da tarifa, valor da taxa de embarque, total do bilhete;

b) detalhamento do(s) reembolso(s), contendo as informações acima definidas, acrescidas das deduções (eventuais multas ou taxas para casos de cancelamento, remarcação e no show) e valor total do reembolso, especificando a regra tarifária aplicada ao caso;

c) valor consolidado de cada tributo incidente nas tarifas, assim como dos tributos incidentes;

d) valor consolidado de cada tributo incidente nas taxas de embarque, assim como dos tributos incidentes;



e) valor da taxa de embarque consolidado por operador aeroportuário.

14.4. Eventual particularidade operacional da **CREDENCIADA** quanto à matéria tratada no subitem acima poderá ser tratada em cláusula específica do Acordo Corporativo de Desconto.

14.5. As retenções e recolhimentos relativos a tributos e contribuições incidentes sobre as tarifas e taxa de embarque serão realizadas conforme os dispositivos legais e normativos vigentes aplicáveis.

14.6. Eventuais multas aplicadas por situações de “No-show” (quando o passageiro reservado não se apresenta para o embarque) deverão ser cobradas nas faturas relativas à emissão dos bilhetes.

14.7. Se constatado erro no valor cobrado na Nota Fiscal ou Fatura, a **CREDENCIANTE** fará a contestação do valor à operadora, que tomará as providências necessárias para apuração e ressarcimento, se for o caso, à **CREDENCIANTE**.

14.8. O ressarcimento ocorrerá com a dedução na fatura subsequente.

14.9. A **CREDENCIADA** deverá fornecer as informações necessárias acerca dos valores de estorno ou ressarcimento informando, a respectiva autorização da transação, para que sejam discriminados em fatura.

14.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

14.10.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CREDENCIADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CREDENCIANTE**.

14.10.2. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.10.3 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CREDENCIANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CREDENCIADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10.4 Persistindo a irregularidade, a **CREDENCIANTE** deverá adotar as medidas necessárias ao descredenciamento nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CREDENCIADA** a ampla defesa.

14.10.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo descredenciamento, caso a **CREDENCIADA** não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.10.6 Será rescindido o Contrato de Prestação de Serviços com a **CREDENCIADA** inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CREDENCIANTE**.

## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato farão parte de uma dotação orçamentária específica, a ser informada pela **CREDENCIANTE** no ato da assinatura do contrato.



02101	01.122.0056.2466.0001	33.90.33.01	100
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS	MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGENS NACIONAIS	RECURSOS ORDINÁRIOS

## 16. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a **CREDENCIANTE** poderá aplicar à **CREDENCIADA**, assegurados a esta o contraditório e a ampla defesa, as seguintes penalidades, previstas no art. 87, da Lei 8.666/93:

16.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.

16.1.2. Multas sobre o valor total atualizado do Termo de Credenciamento:

- a) de 5 %, pelo descumprimento de cláusula do Termo, do termo de referência ou norma de legislação pertinente;
- b) de 10 %, nos casos de inexecução total.

16.1.2.1 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da **CREDENCIADA**, podendo a **CREDENCIANTE** descontá-la na sua totalidade da garantia, da fatura ou do saldo remanescente.

16.1.2.2 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão do Termo de Credenciamento.

16.1.2.3 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

16.1.3. Suspensão temporária em relação à sua participação em licitação bem como o impedimento de contratar, no caso de infringência aos regramentos do contrato e do termo de referência, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela **CREDENCIADA**, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

- a) 3 meses - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do termo de referência ou dos prazos;
- b) 6 meses - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- c) 8 meses - a subcontratação do seu objeto, a associação do Contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, se não admitidos no Edital e no Contrato;
- d) 1 ano - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

16.1.3.1. A suspensão temporária poderá acarretar a rescisão imediata do Termo de Credenciamento pela **CREDENCIANTE**.

16.2. Para aplicação da penalidade de Declaração de Inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

16.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

16.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

16.5. A aplicação de sanções não exime a **CREDENCIADA** da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar à **CREDENCIANTE**.

16.6. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no cadastro de fornecedores impedidos de licitar



16.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CREDENCIADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

## 17. DA GARANTIA

17.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual, considerando, especialmente:

- a) tratar-se de credenciamento, não havendo asseguramento às empresas **CREDENCIADAS** de quantitativo mínimo para a contratação dos serviços, inclusive pela dinâmica de preços mediante liberdade tarifária e a dependência da eventualidade de surgimento de demanda;
- b) o mercado fornecedor do transporte aéreo regular de passageiros ser fortemente regulado e fiscalizado por agência reguladora oficial (Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC), inclusive mediante regulação via normas específicas e definidoras de obrigações, direitos e penalidades em razão da relação contratual estabelecida no ato da emissão do bilhete de passagem aérea.

## 18. DOS DIREITOS FRENTE À SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Independente das penalidades administrativas previstas neste Termo de Referência, os direitos tais como de assistência material, reacomodação e reembolso previstos nos regulamentos específicos aplicáveis ao transporte regular de passageiros em voos domésticos, conforme as classes e famílias tarifárias contratadas a cada caso, e/ou no Contrato de Transporte Aéreo emitido pela **CREDENCIADA** e vigente à época da emissão do bilhete de passagem aérea serão devidos, mesmo nos casos em que decorram de atraso causado por condições meteorológicas ou operacionais diversas.

## 19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

19.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão de apresentação dos seguintes documentos, que deverão estar válidos:

- I - Certificado Empresa de Transporte Aéreo – ETA, emitido pela ANAC, válido, nos termos do item 119.40 do RBAC nº 119;
- II - Outorga de concessão para explorar serviços de transporte aéreo, expedida pela ANAC ou pelo(a) Presidente da República; e
- III - Especificações Operativas (EO), emitidas pela ANAC e emendas, se houver, conforme previsão do item 119.49 do RBAC nº 119.

## 20. DO DESCREDENCIAMENTO

20.1. O descredenciamento poderá ser:



II - Por solicitação da **CREDENCIADA**, a qualquer tempo, em decorrência do exercício do direito de requerimento de descredenciamento, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, salvo a comprovação de caso fortuito e/ou motivo de força maior, caso em que será dispensado o referido prazo e reconhecido o descredenciamento, imediatamente após requerido.

III - judicial, nos termos da legislação.

20.2 Os casos de descredenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.3 O descredenciamento administrativo ou amigável deverá ser precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

20.4 O descredenciamento por descumprimento das estipulações deste TR e/ou de seus anexos poderá acarretar indenizações, bem como a retenção dos créditos decorrentes deste credenciamento, até o limite dos prejuízos causados à **CREDENCIANTE**, além das sanções previstas neste TR e/ou seus anexos.

## 21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1 A rescisão poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo ao Edital.

II - Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

III- judicial, nos termos da legislação.

21.2 A **CREDENCIADA** reconhece os direitos da **CREDENCIANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.3 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido por:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

21.5 Havendo a prorrogação da vigência, por interesse entre as partes, poderá ser renegociado o desconto ofertado, desde que não inferior a 15% (quinze por cento).

21.6 Quando a rescisão ocorrer com base no inciso XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CREDENCIADA**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução dos serviços objeto deste edital, até a data da rescisão.



21.7 A rescisão por descumprimento das estipulações deste TR e/ou de seus anexos poderá acarretar indenizações, bem como a retenção dos créditos decorrentes deste credenciamento, até o limite dos prejuízos causados à **CREDENCIANTE**, além das sanções previstas neste TR e/ou seus anexos.

Manaus, 20, de abril de 2022

  
**HARLESON DOS SANTOS ARUEIRA**  
Secretário-Geral de Administração

